



ATA DA 315ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura da Bahia – CREA-BA, teve início à 315ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Furkim Werneck Mattedi, Secretário Executivo, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Estiveram presentes os conselheiros: Ana Maria de Lima Santos, representante da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA; Laelson Dourado, representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM; Fernando Oliveira, representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia – FETAG; Iglesias Cabalero, representante do Instituto de Ação Ambiental da Bahia – IAMBA; João Lopes de Araújo, representante da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia – AIBA; José Cisino Menezes Lopes, representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia – CODEAGRO; José Roberto C. Pinto, Organização Sócio Ambientalista Pró-Mar; José Roberto Celestino, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO; Letícia Nobre, representante da Secretaria da Saúde; Irundi Edelweiss, representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB; Lia Terezinha Bianchi dos Reis, representante da entidade ambientalista Fundação Terra Mirim; Sergio de Almeida Bastos, representante do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – COFIC; Manoel Adeodato de Souza Menezes Filho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara; Pablo Vilanueva, representante da Associação Rosa dos Ventos; Emídio Neto, representante do Grupo Ecológico Humanista Papamel; Luis Ricardo Montagna, representante da Associação Cultural Arte e Ecologia – ASCAE; Paulo Vila Nova, representante do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia – IESB; Pablo Villanueva, representante da Associação Rosa dos Ventos; Isabel Ligeiro, representante do Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental – IDEIA; Luis Fernando Galvão, representante do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia – SINDIBRITA; Luiz Tarciso Pamponet, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB; César Carqueija, representante do Conselho Regional de Biologia 5ª Região – CRBio5; Maria Valéria Gaspar de Queiroz Ferreira, representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR. Marina Ferreira, Eliuda Soares, Jader da Silva, Celeste Simões e Kitty Tavares da Secretaria Executiva do CEPRAM; Silvio Orrico representantes do Centro de Recursos Ambientais – CRA, além de convidados. Constaram em pauta: abertura da sessão; Apresentação sobre Porto de Ilhéus (nova/ampliação) e Estrada de Ferro; apresentação sobre Gestão Ambiental Compartilhada – GAC; Apreciação das Atas da 314ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária. Apreciação de Processos Adiados e Novos. O conselheiro Mattedi agradeceu a presidência do CREA-BA pela cessão do auditório e como havia *quorum* regimental declarou aberta a sessão; informou que a apreciação da Legislação estava sendo concluída e seria encaminhada a Assembléia Legislativa; disse que dias 18 e 19 de março será realizada a Conferência Estadual de Meio Ambiente; informou que no dia 15 de abril será lançado a Gestão Ambiental Compartilhada – GAC que se trata do programa de descentralização da gestão ambiental; informou do compromisso de acompanhar a agenda desenvolvimentista do GAC do Estado; apresentou o Sr. Antonio Celso superintendente de comércio e serviços da SICM que falou sobre o Projeto Porto Sul; apresentou a Manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB sobre a Resolução Cepram nº 3813, Zona de Proteção Visual no Litoral Norte, para apreciação de um relator membro do Conselho e constar em pauta na próxima reunião. Passou a palavra ao Sr. Antonio Celso que apresentou informações e dados do Projeto de Desenvolvimento do Estado da Bahia; disse que se trata da criação de um grande conjunto de equipamentos logísticos e de infra-estrutura que deverão contribuir para atrair o fomento a novos negócios, abertura na oportunidade de emprego e renda a população; garantirá a intervenções de obras rodoviárias, ferroviárias de se criar uma ligação Leste e Oeste de todo território da Bahia; destacou a construção e instalação do novo Aeroporto de Ilhéus e juntar o Porto; a implantação do Projeto para exploração de ferro no município de Caetité; registrou que o Governador instituiu um Grupo de Trabalho – GT para elaborar o Projeto de

56 Mineração envolvendo as Secretarias de Indústria, Comércio e Mineração, do
57 Planejamento, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, num processo bastante dinâmico com o
58 compromisso de ser o maior defensor da natureza do Estado da Bahia, com objetivo de
59 transformar o Porto Sul num exemplo internacional de utilização de estratégia
60 desenvolvimentista com uma estratégica impar de respeito a natureza com total observação
61 das leis ambientais; apresentou também um filme intitulado Porto do PECÉM', do Estado do
62 Ceará e comentou sobre o local que foi instalado esse Porto e o seu funcionamento. Por fim,
63 o conselheiro Eduardo Mattedi abriu espaço para pergunta. O conselheiro Marcelo Miranda
64 questionou se o traçado de ligação do Porto com a região do Oeste já estava previsto. O Sr.
65 Antonio Celso disse que o traçado foi definido em dezembro e por conta disso os estudos
66 aceleram-se; informou que tem origem de Alvorada do Tocantins entra em Luiz Eduardo
67 Magalhães-Ibotirama, cruza a Ponte do Rio São Francisco passa pelo Sudeste-Paramirim-
68 Caetité e segue em linha reta até Itacaré; disse que se previa o transporte de cem milhões
69 de toneladas/ano. O conselheiro Paulo Sergio comentou a inexistência de política de
70 integração entre as políticas do Estado; disse que tinha uma preocupação com a velocidade
71 de encaminhamento de todo esse processo; disse que existia uma série de fatores que
72 devem ser considerados e que a região proposta à instalação do Porto estava dentro das
73 áreas focais do Projeto Corredor Ecológico e que recursos estavam sendo aprovados para
74 investimento nessa região que favorecerão a ligação entre o Parque Estadual da Serra do
75 Conduru e o Parque Municipal da Boa Esperança; ações que estarão apoiando averbação de
76 reserva legal; reflorestamento de determinadas áreas; ressaltou que essa região detém um
77 dos maiores fragmentos de florestas do Brasil considerada um ativo do Estado; perguntou –
78 qual seriam as próximas etapas desse processo e os prazos. O conselheiro Pablo Villanueva
79 disse que as perspectivas de um retro porto, de futuras expansões de áreas industriais,
80 siderúrgicas e outras indústrias agregadas a essa dinâmica dificultarão a conservação da
81 biodiversidade nesse trecho. O Sr. Antonio Celso respondeu que foi realizado um Plano
82 Turístico diante da falta de visão de se construir uma ferrovia; disse que nasceu a partir de
83 entendimento do governo federal; disse que a idéia do Porto novo deveu-se pela absoluta
84 necessidade de dependência da Bahia impossibilitada de crescer o comércio exterior através
85 de Aratu-Salvador. O conselheiro Mattedi registrou que Conselho deve discutir a forma mais
86 responsável ambiental para implementação desse Projeto. O Sr. Antonio Celso disse que a
87 soma de recursos facilitará superar os desafios de respeitar a natureza e o desenvolvimento
88 impar com o que precisa ser preservado; registrou que foi disponibilizado o recurso federal
89 de vinte e cinco milhões do PAC para execução do Projeto de viabilidade e o estudo
90 executivo. O conselheiro Mattedi passou a palavra a Sr. Alah representante da Secretaria do
91 Planejamento, Prefeitura de Ilhéus, que disse não ter entendido como estava sendo
92 conduzido esse processo sem o conhecimento e a participação da população. O Sr. Antonio
93 Celso informou que a decisão de apontar o sítio ocorreu por conta da reação da visita do
94 Governador ao município de Ilhéus que identificou elementos do projeto não divulgado em
95 mãos de uma série de pessoas que não tinha nada haver com o governo, considerando
96 ainda a não publicação de Decreto, e decidiu seguir em frente; disse que o envolvimento da
97 Prefeitura não havia ocorrido formalmente por ter designado o secretário Rui Costa para que
98 juntamente com a Casa Civil, área técnica e AGECOM, levassem a informação, diante dos
99 fatos resultou a precipitação da publicação do Decreto. O Sr. Alah ressaltou a necessidade
100 de envolver a comunidade e Prefeitura para discutir mais profundamente o assunto. Passou
101 a palavra ao Sr. Eduardo representante da WWD, disse que os empreendedores não eram
102 contra ao Projeto; registrou que o Aeroporto de COFINS ocupava uma área de 70 mil
103 metros quadrados, e o Aeroporto de Ilhéus seria 100 vezes este valor considerado
104 assustador e com relação ao Porto disse que existia outro local na divisa de Ilhéus com Uma
105 condições locais mais favorável sem preocupação ambiental. O conselheiro Mattedi
106 registrou que as contribuições do Conselho poderiam ser incorporadas à pauta da Comissão
107 intersecretarias. O Sr. Antonio Celso informou que as próximas etapas do Projeto serão
108 tratar o assunto da forma que precisa ser tratado, ou seja, envolvendo as pessoas
109 impactadas diretamente e dando visibilidade; realizar as audiências com envolvimento da
110 Prefeitura local e os municípios das micro regiões; informar oficialmente ao governo
111 municipal, as entidades organizadas e a sociedade do que se pretende fazer. Por fim,
112 agradeceu a Sr. Antonio Celso e passou a palavra ao Sr. Eugenio Spengler, consultor da

Semarh, para apresentar a política de Gestão Ambiental Compartilhada, bem como a descentralização da gestão ambiental do Estado com envolvimento dos municípios, que informou que estava sendo concluída a proposta que será avaliada e apreciada na Comissão Tripartite com os municípios e a própria representação do governo federal através do IBAMA e posteriormente será remetida ao CEPRAM para avaliação e deliberação; apresentou as diretrizes do programa; ressaltou que estava sendo discutida nesse projeto a questão do financiamento, planejamento, capacitação, bem como uma série de ações; registrou que existe no Brasil, 03 categorias de municípios: gestão em funcionamento, parte da estrutura em funcionamento, mas não faz licenciamento e 3 mil municípios estimadamente nada existe, do total de 5.562 municípios; ressaltou que o Estado da Bahia reproduz com alguma vantagem a realidade do Brasil; disse que descentralização era o reconhecimento de trabalhar programas voltados para o fortalecimento para outros entes; registrou que o GAC estava construindo uma proposta de Resolução do Cepram pactuada com a Comissão Técnica Tripartite considerando estabelecer as diretrizes para descentralização e a listagem de atividades passíveis de licenciamento de impacto local e suas competências; disse que seria viabilizado um grupo permanente da Semarh para dar acompanhamento dessas ações e apoiar os municípios da organização; garantir o desenvolvimento das ações da Semarh de forma integrada envolvendo os órgãos vinculados e outros setores e identificar os municípios prioritários para implementação do GAC. O conselheiro Mattedi agradeceu ao Sr. Eugenio e abriu espaço para manifestação; reforçou a importância do programa e disse que era central na política de meio ambiente do Estado. O conselheiro Mattedi reiniciou a sessão do turno vespertino passando para a aprovação das Atas da 314ª Reunião ordinária e 1ª. Reunião extraordinária e foi aprovada. Informou que o Cepram recebeu um convite para participar do 1º Congresso de Ciências Militares e Meio Ambiente, de 7 a 11 de julho de 2008, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército – Vila Militar, Rio de Janeiro; registrou o recebimento da Manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sobre a Resolução nº 3813, Zona de Proteção Visual – ZPV, APA Litoral Norte, e Recomendações do Núcleo da Mata Atlântica – NUMA, Ministério Público Estadual relativas a ZPV e rezoneamento de APAS; sugeriu que o conjunto dessa matéria fosse relatado por um membro deste Conselho. Os representantes da entidade ambientalista Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental – IDEIA, a FIEB e a SICM se colocaram a disposição para relatar a referida matéria e depois de um consenso pelo plenário a Secretaria Executiva opinou que a matéria fosse relatada pelo conselheiro Laelson Dourado, representante da SICM e foi acordado. Passou para o Relato do Processo Adiado: nº **2006-000405/TEC//LO-0002**, Club Méd Brasil S/A, conselheiro relator Iglesias Cabalero, e o voto foi apresentado pelo conselheiro José Roberto, representante do Pró-Mar. O conselheiro Eduardo Mattedi colocou em discussão e votação e foi aprovado com abstenções dos conselheiros José Cisino e José Roberto Caldas. Processos aprovados sob rito sumário: Processo nº **2008-000204/TEC/LL-0002**, Alupar Investimentos S/A, Ad Referendum concedido a Licença de Localização, conselheiro relator Luiz Tarciso, apresentou voto favorável e foi aprovado por unanimidade. Processo nº **2006-0007564/TEC/AIMU-0352**, Auto de Infração de Multa, Posto de Combustíveis Maracás Ltda, conselheiro relator Fernando Oliveira, apresentou voto favorável pela manutenção do Auto de Infração. Processo nº **2007-002487/TEC/AIMU-0116**, Auto de Infração de Multa, MAG BAN Mármore e Granitos Aquidaban Ltda, conselheiro relator Laelson Dourado, apresentou voto favorável pela manutenção da Multa. Processo nº **2006-005819/TEC/AIAD-0414**, Auto de Advertência, Rio Bahia Veículos S/A, conselheiro relator José Cisino, apresentou voto favorável pela manutenção da Advertência. Processo nº **2007-008053/TEC/LL-0081**, Licença de Localização, CONDER, conselheiro relator Irundi Edelweiss apresentou voto favorável. Os Processos nºs **2007-007846/TEC/LL-0076**, Licença de Localização, Prefeitura Municipal de Feira de Santana, conselheiro relator Jonas Dantas; **2006-003736/TEC/LL-0037**, SVEA Empreendimentos Imobiliários Ltda, Licença de Localização, conselheiro relator Ricardo Montagna apresentou voto favorável com acréscimo de condicionantes, e registrou que foi sugerido ouvir o Conselho Gestor da APA Itacaré-Serra Grande e que a Licença de Implantação fosse submetida ao CEPRAM; **2006-003825/TEC/AIMU-0200**, Auto de Infração, Usina Nova Paranaguá Ltda – Unidade III, conselheira relator Letícia Nobre; **2006-004411/TEC/AIMU-0232**, Auto de Infração de Multa, Produtos Alimentícios Cravo S/A,

Carlos Sodré; **2006-004645/TEC/AIMU-0243**, Auto de infração de Multa, Edílson Roberto Oliveira Viana e Irmãos Ltda, conselheiro relator José Roberto Caldas; **2007-001057/TEC/AIMU-0060**, Auto de Infração de Multa, Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda, conselheira relatora Lia Terezinha; **2007-000245/TEC/AIEM-0001**, Auto de Infração de Embargo Temporário, Santa Emília Empreendimentos Imobiliários Ltda, conselheiro relator Aurinézio Calheira. Todos foram adiados e constará em pauta da próxima reunião. O conselheiro Ricardo Montagna pediu destaque ao Processo nº **2007-7949/TEC/LL-0080**, Licença de Localização, Aracruz Celulose S/A, conselheiro relator César Carqueija, apresentou voto favorável. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro Ricardo Montagna sugeriu acrescentar ao condicionante um Programa de Educação Ambiental aos trabalhadores. A conselheira Letícia Nobre sugeriu um ajuste na redação do referido condicionante e ficou definido: *"elaborar e implementar um programa de educação ambiental, saúde e segurança dos trabalhadores"*. O conselheiro Mattedi registrou o encaminhamento do ofício nº 129/2008, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, informando que o Governo do Estado da Bahia, através da SEDUR assinou convênio com o Ministério de Meio Ambiente – MMA, por meio de sua Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano, para a Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos no Estado da Bahia e a Elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos Municípios do Estados integrantes da Região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; informou que estava sendo desenhada uma proposta de Seminários de Governo, para discutir as preocupações ambientais referentes a situações impeditivas para solucionar as questões ambientais a serem apresentadas ao Conselho; citou como exemplo discutir o modelo de turismo. A conselheira Letícia sugeriu incluir na proposta de Seminário o tema "Área de Investimentos e Produção Mineral". A conselheira Maria Valéria sugeriu apresentar a proposta do Plano para Gestão Integrada da Bacia São Francisco e a Regionalização do Estado da Bahia; sugeriu como tema para os Seminários de Governo "a questão de resíduos sólidos e soluções tecnológicas apropriadas para diversas regiões da Bahia"; "licenciamento de obras de saneamento, especificamente ambiental, outorga de água e regularização fundiária"; retornar as discussões na Câmara Técnica de Saneamento Ambiental – CTSA; O conselheiro Pablo Villanueva solicitou atualização do *site* SEIA, na área do CEPRAM; solicitou cópia do arquivo sobre a palestra do Porto Sul – Ilhéus e uma cópia do filme Resende. A conselheira Isabel Ligeiro reiterou denúncia encaminhada ao CRA referente a infração administrativa ambiental sobre a construção de uma estrada na APA da Ilha de Tinharé-Boipeba, município de Cairú, sem licença ambiental; reiterou o pedido de fiscalização da construção de uma estrada em Boipeba sem licenciamento; solicitou senha para acesso ao sistema *Cérberus*. O conselheiro Marcelo Miranda reiterou proposta de solicitação para criação de Grupo de Trabalho – GT para discutir e elaborar a unificação dos procedimentos para os processos de licenciamento através do Balcão Único. O presidente em exercício Eduardo Mattedi agradeceu a presença de todos. Como não havia mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 17h30. Eu, Eliuda Soares, lavro e assino esta ata com os demais membros representantes. Salvador, 29 de fevereiro de 2008.

Presentes:

Membros:

Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA
César Carqueija – CRBio5;
Laelson Dourado – SICM
Iglesias Cabalero – IAMBA
Irundi Edelweiss – FIEB
Isabel Ligeiro – IDEIA
Fernando Oliveira – FETAG
João Lopes de Araújo – AIBA
José Cisino Menezes Lopes – CODEAGRO
José Roberto C. Pinto - Pró-Mar
José Roberto Celestino – SINAENCO
Letícia Nobre – SESAB
Lia Terezinha – Fundação Terra Mirim
Luis Fernando Galvão – SINDIBRITA

227 Luis Ricardo Montagna – ASCAE
228 Luiz Tarciso Pamponet – FAEB
229 Manoel Adeodato de Souza M. Filho – Sind. dos Trab. Rurais de Ibicoara
230 Maria Valéria - SEDUR
231 Pablo Vilanueva - Rosa dos Ventos
232 Paulo Vila Nova – IESB
233 Sergio de Almeida Bastos – COFIC
234 **Secretaria Executiva/SEMARH/SDS**
235 Celeste Simões
236 Eliuda Soares
237 Jader Silva
238 Marina Ferreira
239 **CRA:** Silvio Orrico - diretor